“É MUITA COISA, NÉ?”: DESLOCANDO CONCEITOS DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA A PARTIR DA ESCUTA DE MULHERES NEGRAS

Virginia Teles Carneiro[1]
Doutora em Psicologia.
Professora Associada da Universidade Federal de Campina Grande
ORCID: 0000-0003-1917-5727
E-mail: virginia.teles@professor.ufcg.edu.br

Camilla de Melo Silva
Mestra em Psicologia. Psicóloga, supervisora e cocriadora clínica
ORCID: 0000-0002-8749-3295
E-mail: camillamelopsi@gmail.com

Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.
(Conceição Evaristo – Da calma ao silêncio)

RESUMO: Relato de experiência clínica na Abordagem Centrada na Pessoa que reflete sobre a escuta de mulheres negras em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural. Metodologicamente, o trabalho ancora-se no conceito de escrevivência e em uma perspectiva interseccional para analisar os registros de acompanhamento psicoterapêutico de duas mulheres. A partir desse acompanhamento, discutem-se deslocamentos teóricos provocados pela prática clínica quando dimensões de raça, gênero e classe emergem como constitutivas do sofrimento psicológico. As narrativas evidenciam como a escuta centrada na pessoa é convocada a reconhecer as condições sociais que atravessam a experiência subjetiva, tensionando compreensões universalizantes sobre o sofrimento humano. A incorporação de uma perspectiva interseccional amplia as possibilidades da prática centrada na pessoa, contribuindo para uma escuta situada e eticamente implicada com as condições concretas de vida das pessoas atendidas.

1 Manuscrito de autoria de integrante da equipe editorial da Revista ACP. Em conformidade com os procedimentos adotados pelo periódico para submissões de membros da equipe editorial, a autora vinculada à equipe — Editora Associada — não participou de nenhuma etapa do processo de avaliação deste texto: a designação dos pareceristas, a leitura dos pareceres e a decisão editorial foram conduzidas integralmente por Wagner Durange, Editor-Chefe e Gerente da Revista. O registro da submissão permaneceu bloqueado para a autora no sistema editorial durante todo o fluxo, de modo que não teve acesso aos pareceres nem à identidade dos avaliadores.

Palavras-chave: Abordagem Centrada na Pessoa; escuta clínica; racismo; interseccionalidade; psicoterapia.

“IT’S A LOT, ISN’T IT?”: SHIFTING PERSON-CENTERED APPROACH CONCEPTS BASED ON LISTENING TO BLACK WOMEN

ABSTRACT: A clinical experience report within the Person-Centered Approach reflecting on the active listening of Black women in a society marked by structural racism. Methodologically, the study anchors itself on the concept of escrevivência and on an intersectional perspective to analyze the therapeutic monitoring records of two women. From this monitoring, the theoretical shifts from clinical practice are discussed when dimensions of race, gender, and class emerge as constitutive of psychological suffering. The narratives highlight how person-centered listening recognizes the social conditions that permeate subjective experience, challenging universalizing understandings of human suffering. Incorporating an intersectional perspective broadens the possibilities of person-centered practice, contributing to situated listening that is ethically implicated with the concrete life conditions of the people served.

Keywords: Person-Centered Approach; clinical listening; racism; intersectionality; psychotherapy.

RESUMEN: Relato de experiencia clínica en el Enfoque Centrado en la Persona que reflexiona sobre la escucha de mujeres negras en una sociedad marcada por el racismo estructural. Metodológicamente, el trabajo se ancla en el concepto de escrevivência y en una perspectiva interseccional para analizar los registros de seguimiento psicoterapéutico de dos mujeres. A partir de este seguimiento, se analizan los cambios teóricos provocados por la práctica clínica cuando las dimensiones de raza, género y clase emergen como elementos constitutivos del sufrimiento psicológico. Las narrativas resaltan cómo la escucha centrada en la persona requiere reconocer las condiciones sociales que impregnan la experiencia subjetiva, desafiando las concepciones universalizadoras del sufrimiento humano. La incorporación de una perspectiva interseccional amplía las posibilidades de la práctica centrada en la persona, contribuyendo a una escucha situada que implica éticamente las condiciones de vida concretas de las personas atendidas.

Palabras clave: Enfoque Centrado en la Persona; escucha clínica; racismo; interseccionalidad; psicoterapia.

DE ONDE FALAMOS

Nos últimos anos, diferentes transformações nos modos de pensar a clínica, a psicoterapia, a relação terapeuta-cliente e a supervisão têm nos conduzido a uma pergunta fundamental: quem somos? Embora essa questão não seja inédita em nossas trajetórias, ela ganhou novos contornos diante de cenários sociais, políticos e econômicos particularmente desafiadores no Brasil. As experiências com a escuta clínica intensificaram a exigência de nos situarmos no mundo, reconhecendo que a prática psicoterapêutica não se dá à margem das condições históricas e sociais que atravessam a vida das pessoas.

Somos mulheres, psicólogas, nordestinas, com experiência em escuta clínica fundamentada na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). Em constante processo de desenvolvimento de nossas identidades raciais — uma reconhecendo-se como branca e outra como negra — nossos caminhos

se cruzaram movidos por inquietações teóricas e por um sentimento de incompletude diante das demandas que a escuta clínica de mulheres negras nos colocava. A decisão de compartilhar essas experiências neste texto nasce também da percepção da omissão histórica da psicologia brasileira no debate sobre racismo na clínica.

Embora o Brasil disponha de regulamentação específica sobre a atuação psicológica diante do preconceito e da discriminação racial (Conselho Federal de Psicologia, 2002), a produção de conhecimento sobre raça e clínica psicológica permanece escassa e concentrada na Psicologia Social, com uma lacuna significativa no campo da Psicologia Clínica (Sacco; Couto; Koller, 2016; Tavares; Kuratani, 2019). Tal ausência não é neutra, mas expressão do racismo estrutural que marca a sociedade brasileira e da persistência da ficção da "democracia racial", que historicamente silenciou experiências e saberes sobre as consequências do racismo na subjetividade (Almeida, 2018).

A já refutada ideia de raça como fator biológico classificatório entre os seres humanos foi central na organização das relações de dominação na modernidade, criando hierarquias na epistemologia, na sexualidade, na religião, na medicina e na pedagogia, bem como na constituição das identidades e das subjetividades (Almeida, 2018; Grosfoguel, 2020). Reconhecer o racismo antinegro como intrínseco aos processos de subjetivação modernos implica admitir que ele também atravessa as teorias psicológicas clássicas e os modelos que orientam práticas como a psicoterapia.

Nesse contexto, estudos sobre branquitude têm evidenciado como a cultura branca dominante tende a se apresentar como padrão normativo, fazendo com que pessoas brancas frequentemente não se reconheçam como racializadas (Frankenberg, 2004). Ao mesmo tempo, tais estudos descortinam os privilégios sistemáticos associados à identidade racial branca, historicamente produzidos pelo colonialismo e mantidos nas estruturas sociais contemporâneas (Schucman, 2014). Assim, compreender as relações raciais na clínica psicológica implica reconhecer que raça, cor, etnia e cultura participam da construção da subjetividade de todas as pessoas, e não apenas daquelas pertencentes a grupos historicamente oprimidos. Nessa perspectiva, o antirracismo precisa ser compreendido como uma atitude fundamental e transversal à prática clínica, e não como uma habilidade específica para atender determinados grupos (Carneiro, 2021).

Neste texto, apresentamos um relato reflexivo de experiência clínica com duas mulheres negras, analisando como a escuta dessas experiências provoca deslocamentos em conceitos centrais da ACP quando o sofrimento psicológico emerge atravessado por raça, gênero e classe. Os relatos baseiam-se em experiências clínicas de uma das autoras, preservando o anonimato das pessoas atendidas e destacando elementos da escuta em contextos atravessados por desigualdades sociais.

A QUESTÃO RACIAL NA HISTÓRIA DA ACP

Nos últimos anos, experiências relacionadas ao racismo têm sido evocadas com maior frequência por pessoas que buscam, na escuta clínica psicológica, possibilidades de ressignificação para seus sofrimentos. Em nossa experiência, foram sobretudo mulheres negras que trouxeram para o espaço psicoterapêutico vivências diretamente relacionadas ao racismo, muitas vezes acompanhadas de

questionamentos sobre a própria psicoterapia e sobre a relação terapêutica como espaços possíveis para a elaboração dessas experiências.

Ao buscar interlocução na literatura, deparamo-nos inicialmente com uma escassez significativa de publicações nacionais que articulassem escuta clínica, racismo e Abordagem Centrada na Pessoa. Apenas em 2019 encontramos a primeira publicação nesse campo: um capítulo de livro de autoria de Isadora Gomes, no qual a autora relata sua experiência com a escuta de mulheres negras e problematiza as possibilidades e os limites da empatia no atendimento clínico (Gomes, 2019). Outros autores vieram em seguida, como Nunes (2020), Bezerra (2022), Costa Filho (2023), Carneiro e Macêdo (2025).

Essa lacuna na produção de conhecimento pode ser compreendida como expressão do racismo estrutural que atravessa a sociedade brasileira, mas também como consequência da forma particular pela qual o racismo se constituiu no país. A ficção da “democracia racial”, produzida no período pós-escravidão como forma de perpetuar hierarquias raciais sem reconhecê-las explicitamente, contribuiu para a construção de um imaginário social no qual o racismo seria inexistente ou irrelevante (Almeida, 2018). Em um contexto em que o racismo é negado, o silêncio tende a se reproduzir também nos campos de produção de conhecimento.

Na literatura internacional, entretanto, é possível encontrar discussões que articulam raça, cultura e relações de poder com a Abordagem Centrada na Pessoa há algumas décadas. O próprio Carl Rogers demonstrou sensibilidade às questões raciais em seus trabalhos com grupos em conflito, realizados em diferentes contextos sociais e culturais (Hill-Hain; Rogers, 1988; Rogers, 2001; Rogers; Sanford, 1987). Nesse período, especialmente a partir do final da década de 1960, Rogers passou a dedicar-se mais intensamente ao trabalho com grupos, incluindo iniciativas voltadas à mediação de conflitos interraciais, religiosos e políticos.

Entre essas experiências, destaca-se o trabalho conduzido na África do Sul em 1986, quando Rogers e sua equipe realizaram um programa de treinamento para facilitadores de grupo voltado à comunicação em situações de conflito transcultural. A iniciativa reuniu profissionais negros e brancos, incluindo participantes com diferentes posições sociais e políticas, e envolveu posteriormente a realização de grupos multirraciais em assembleias públicas (Hill-Hain; Rogers, 1988). Experiências como essa evidenciam o envolvimento do autor com questões sociais e culturais mais amplas, ampliando o horizonte da abordagem para além da psicoterapia individual.

Nos Estados Unidos, pesquisadores vinculados à ACP também estiveram entre os pioneiros no desenvolvimento de estudos sobre aconselhamento psicológico em perspectivas multiculturais desde o final da década de 1960 (Quinn, 2012). Com o crescimento da diversidade cultural no país, autores como Sue e Sue (1990) passaram a destacar a necessidade de práticas de aconselhamento que considerassem dimensões como raça, gênero, religião, classe social, poder e privilégio. Nesse contexto, o aconselhamento multicultural surge como uma proposta de escuta clínica sensível às diferentes experiências culturais e às relações de desigualdade que atravessam a vida das pessoas.

Diversos autores têm apontado que a Abordagem Centrada na Pessoa apresenta importantes afinidades com perspectivas multiculturais de escuta clínica, embora também existam críticas

e limites nesse campo de articulação. Especialmente a partir do início do século XXI, publicações estadunidenses e europeias têm explorado essas interfaces, discutindo a relação entre cultura, raça e processo terapêutico no âmbito da abordagem (Chantler, 2004; Mier; Witty, 2004; Moodley; Lago; Talahite, 2004; Quinn, 2012; Crisp 2022; Henry, Charura, Lago, 2024).

Diante desse panorama, torna-se difícil atribuir exclusivamente à Abordagem Centrada na Pessoa o silêncio observado na literatura brasileira sobre a questão racial na clínica. Se em outros contextos culturais essa articulação vem sendo discutida há décadas, a escassez de publicações no Brasil parece estar mais diretamente relacionada às formas específicas pelas quais o racismo foi historicamente negado e silenciado no país.

Nesse sentido, consideramos fundamental tornar públicas e refletir criticamente sobre experiências clínicas que envolvem relações raciais no contexto da psicoterapia. Ao fazê-lo, contribuímos não apenas para ampliar o debate sobre racismo na clínica psicológica, mas também para dar continuidade ao movimento de desenvolvimento teórico que sempre caracterizou a Abordagem Centrada na Pessoa.

Na próxima seção, apresentamos retratos de experiência inspirados na noção de escrevivência proposta por Evaristo (2017). As narrativas foram construídas a partir da experiência de escuta de uma psicoterapeuta negra em atendimentos com mulheres negras e buscam evidenciar elementos da experiência terapêutica que suscitaram reflexões sobre a escuta centrada na pessoa em contextos atravessados por desigualdades sociais.

CAMINHOS DA ESCUTA

Este artigo constitui um relato reflexivo de experiência clínica, de caráter qualitativo-descritiva, orientado por uma perspectiva interseccional. O percurso metodológico adotado buscou integrar o rigor analítico à sensibilidade necessária para o manejo de materiais decorrentes da prática psicoterapêutica. As narrativas apresentadas derivam de dois processos psicoterápicos conduzidos por uma das autoras, realizados em contextos distintos, sendo um na prática clínica privada e outro no âmbito de uma atividade de extensão universitária desenvolvida em parceria com organizações comunitárias, abrangendo atendimentos nas modalidades presencial e online.

A operacionalização metodológica deste estudo e o tratamento do material clínico estruturaram-se a partir de etapas fundamentais que conectam a prática à teorização. Inicialmente, a produção dos dados baseou-se em registros escritos elaborados pela psicoterapeuta após o encerramento de cada sessão clínica. Esses memoriais continham as impressões experienciais da terapeuta, expressões literais marcantes das clientes e percepções sobre o acompanhamento terapêutico diante das condições sócio-históricas emergentes.

Em seguida, realizou-se uma imersão por meio de leitura exaustiva e repetida desse material arquivado, com o objetivo de identificar núcleos de significação ou momentos de tensão clínica em que os recursos tradicionais da ACP pareciam insuficientes ou convocadas a se deslocar para acolher a complexidade do sofrimento manifestado.

A partir disso, a redação e a sistematização final dos relatos clínicos ancoraram-se no conceito de *escrevivência*, formulado por Conceição Evaristo (2017), entendido como uma escrita que emerge do cotidiano, das memórias e da experiência vivida, recusando a separação entre viver e narrar. Dessa forma, os relatos aqui expostos não buscam a reconstrução exaustiva ou linear dos "casos clínicos", mas sim colocar em evidência os fragmentos da experiência terapêutica que melhor iluminam os desafios da escuta psicológica diante das desigualdades sociais. Este relato observa o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005), em especial o dever de sigilo, e os princípios éticos que orientam a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (Resolução CNS nº 510/2016). Os nomes das clientes utilizados no texto são fictícios, escolhidos em homenagem a mulheres negras da literatura brasileira, garantindo estritamente o sigilo, o anonimato e os preceitos éticos que regem a profissão.

Por fim, a análise crítica das experiências é orientada pela perspectiva da interseccionalidade, conforme discutida por Collins e Bilge (2021). Essa lente é operada como uma ferramenta analítica indispensável para examinar como diferentes sistemas de poder — como racismo, sexismo e desigualdades de classe — articulam-se de forma indissociável na produção das experiências sociais e da subjetividade humana. Desse modo, a interseccionalidade guia a costura teórica das narrativas, permitindo decodificar como essas dimensões estruturais atravessam tanto o sofrimento das clientes quanto os desafios e limites práticos colocados à atuação clínica centrada na pessoa.

RETRATOS DE EXPERIÊNCIA

Diante das lacunas teórico-reflexivas identificadas, encontramos amparo em olhares outros, em especial na literatura de escritoras negras como Conceição Evaristo (2017). As histórias a seguir são vividas e narradas em sessões de psicoterapia, registradas como escrevivência que brota do cotidiano e das memórias das clientes. Ao narrá-las, reafirmamos de onde partem nossas inquietações e abrimos espaço para que as pessoas leitoras possam refletir sobre os silenciamentos da ACP em relação às discussões sobre raça e clínica antirracista.

EXPERIÊNCIA COM CONCEIÇÃO

O processo do tornar-se negra é atravessado por singularidades que vão além da constatação de uma obviedade (Souza, 1990). No caso de Conceição — mulher negra, nordestina, funcionária pública —, esse processo chegou à clínica como uma realidade compreendida e previamente apresentada. Ao preencher o formulário de primeiro contato, que incluía questão de autodeclaração étnico-racial, ela marcou, sem hesitar: preta.

Conceição iniciou o processo identificando a busca pela psicoterapia ao desejo de entender dores físicas frequentes — chegando a marcar que não lembrava do último dia sem dores. Com o passar dos encontros, essas dores físicas passaram a dar lugar a dores outras: dores de sua mãe e a longa história de autonegação, de seu irmão e as experiências de racismo vividas, da solidão da

mulher negra, do choque de realidade ao sair de uma pequena cidade nordestina para um lugar onde as desigualdades socioeconômicas são explicitamente demarcadas — onde ela percebeu que não seria “a primeira, nem a segunda” a ser escolhida por rapazes que buscavam um padrão.

Conceição chegou à clínica com muita consciência e uma noção de si bem estabelecida em sua dimensão racial. A psicoterapeuta colocou-se à disposição para caminhar lado a lado, com interesse genuíno de compreender como as dores eram percebidas pela cliente, pois o corpo constantemente dolorido parecia ter se tornado a via única de acesso ao sentir. Ao deparar-se com uma relação pautada no acolhimento e na escuta sem julgamentos, Conceição, como quem inaugura outro modo de ser, parece acolher-se. As dores sustentadas passaram a ser acessadas para além de reconhecidas: houve um deslocamento, e o corpo já não reagia aos incômodos que há anos eram sentidos. Longe de um processo fácil, Conceição se deparou com realidades que ora a libertavam, ora a angustiavam — mas parecia entender-se num movimento de atualização assumido por ela e facilitado em seus encontros com a psicoterapeuta.

EXPERIÊNCIA COM DOLORES

O encontro com Dolores se deu num contexto que, em seus anos de formação, a psicoterapeuta não imaginaria viver. O ano era 2020 e a pandemia do novo Coronavírus já perdurava há seis meses. Grande parte da população brasileira atravessava a experiência em condições desumanas: desemprego, fome, aumento dos casos de violência doméstica e incontáveis situações de vulnerabilidade. Foi nesse contexto que a psicóloga, inserida em um coletivo de profissionais em parceria com organizações comunitárias, encontrou-se com Dolores.

O atendimento foi realizado na modalidade online. Dolores portava seu celular em casa com seus cinco filhos — a movimentação e as vozes ao fundo eram audíveis. Embora não soubesse exatamente do que se tratava um “atendimento psicológico”, afirmou que estava se sentindo confortável. Ao ser questionada sobre o que a fazia buscar a psicoterapia, respondeu: “foi o médico do posto que mandou eu procurar pra tratar minhas coisas”. Algumas explicações foram colocadas pela psicoterapeuta, para que Dolores pudesse escolher consciente e livremente vivenciar aquele espaço. Ela desejou continuar. Ao ser questionada sobre sua identidade étnico-racial, afirmou não saber do que se tratava a pergunta. Após ouvir as alternativas, foi rápida: preta!

Conforme encontrava espaço e disponibilidade da psicoterapeuta, Dolores falava mais sobre si. Pandemia, desemprego, mãe solo de cinco filhos, ausência de comida no armário, contas prestes a vencer, incerteza dos auxílios governamentais, suporte da mãe para garantir pelo menos uma refeição. Foi assim que, ao expor sua realidade, Dolores pareceu ouvir-se e dar-se conta: “é muita coisa, né?”. O médico do posto havia diagnosticado ansiedade e receitado fluoxetina — e ao trazer outras queixas em consultas posteriores, ouviu que precisava “esvaziar” a mente. Acolhida na psicoterapia, Dolores narrou uma trajetória de dezesseis anos de relações precárias, quando não abusivas, desde os 14 anos: agressões físicas e psicológicas, homens com uso problemático de álcool. Detalhes que só uma cabeça cheia de pensamentos poderia guardar para expor quando lhe fosse possível. A ansiedade foi

ficando mais espaçada, e em um dado momento Dolores reconheceu que a fome gera sofrimento — e que sua angústia era legítima.

DESLOCAMENTOS TEÓRICOS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS

As experiências de Conceição e Dolores cruzam-se em alguns pontos, mas estão longe de serem idênticas. A perspectiva da interseccionalidade permite compreender justamente esse entrelaçamento entre semelhança e diferença. Conforme discutem Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade constitui um recurso teórico-metodológico que possibilita compreender como diferentes relações de poder — como racismo, sexismo e desigualdades de classe — se articulam na produção das experiências sociais, impedindo que as opressões sejam tratadas de forma isolada ou hierarquizada.

É a partir desse olhar que as narrativas apresentadas neste artigo nos convidam a realizar alguns deslocamentos teóricos em relação a conceitos centrais da Abordagem Centrada na Pessoa. Não se trata de invalidar tais conceitos, mas de colocá-los em diálogo com experiências situadas. Nesse sentido, aproximamo-nos do que Mignolo (2014) denomina desobediência epistêmica: um gesto que não busca substituir um universal por outro, mas habitar a fronteira entre diferentes modos de conhecer, questionando a pretensão de universalidade de saberes produzidos em contextos históricos específicos. Nessa mesma direção, acompanhamos a provocação de Bezerra (2022) ao afirmar que racializar a Abordagem Centrada na Pessoa exige uma inversão de perspectiva: não se trata de explicar o racismo a partir das categorias da ACP, mas de pensar a própria abordagem à luz das experiências produzidas por uma sociedade atravessada pelo racismo.

Um dos fundamentos mais importantes da ACP é a crença na tendência direcional positiva dos seres humanos como algo inerente à vida. Para Rogers (1983), existe em toda matéria do universo uma tendência natural à transformação e à evolução em direção a níveis mais complexos e integrados — o que denominou de tendência formativa. Nos organismos vivos, essa força manifesta-se como tendência à atualização, um movimento voltado para manutenção, valorização e enriquecimento da vida em seu sentido experiencial.

Nesse processo, a formação do autoconceito ocupa um lugar central. A noção de self — compreendida como uma gestalt fluida construída nas interações sociais — refere-se à forma como a pessoa passa a reconhecer-se e organizar suas experiências (Rogers; Kinget, 1977). Ainda que Rogers tenha reconhecido a influência das condições do meio no desenvolvimento humano, diversos autores apontam que sua teorização manteve forte ênfase no indivíduo (Chantler, 2004; Kim, 2018; Moreira, 2007).

Essa ênfase precisa ser situada historicamente. Situado como homem branco, estadunidense e de classe média, Rogers desenvolveu grande parte de sua teoria em um contexto social marcado por profundas desigualdades raciais. Quando escreve sobre liberdade experiencial e sobre o processo de “tornar-se quem se é”, a segregação racial ainda era legalizada nos Estados Unidos. Em um período no qual corpos negros sequer possuíam liberdade plena para circular em determinados espaços sociais, Rogers elaborava uma teoria voltada para a ampliação da autonomia individual.

As narrativas de Conceição e Dolores nos convidam, portanto, a interrogar como processos como a formação do autoconceito são afetados por contextos sociais que valorizam a branquitude como referência normativa. De acordo com Luna (2026), em contextos marcados pelo racismo, a dinâmica entre eu real e eu ideal — tradicionalmente discutida na literatura rogeriana — pode tornar-se ainda mais complexa. Ela sugere que, para muitas pessoas negras, essa relação é atravessada por uma terceira instância: um eu forjado, constituído a partir de imagens depreciativas historicamente produzidas sobre a negritude. Trata-se de uma autoimagem imposta, construída a partir de narrativas sociais que desvalorizam corpos e identidades negras. Nesses casos, o trabalho terapêutico não se limita a favorecer uma maior aproximação entre o eu real e o eu ideal. Antes disso, pode ser necessário um movimento mais radical de questionamento e desprendimento desse eu forjado, abrindo espaço para que o eu real emerja e sustente a construção de projetos de si menos subordinados às imposições do racismo estrutural. Conforme aponta Nunes (2020), a população não branca é constantemente desafiada pela imposição de um padrão branco considerado superior, o que frequentemente exige a renúncia de aspectos da própria identidade em busca de reconhecimento social. Nesse sentido, simbolizar corretamente as experiências de racismo torna-se parte fundamental do processo de construção de si.

As histórias aqui apresentadas ilustram diferentes momentos desse processo. Conceição parece ter alcançado um nível mais elaborado de compreensão sobre como o racismo atravessa sua história, o que não elimina o sofrimento decorrente dessas experiências. Dolores, por sua vez, inaugura na psicoterapia um espaço no qual começa a nomear experiências que antes se manifestavam apenas como inquietação difusa e pensamentos perturbadores. Uma mulher que evita sentir os significados de dores já elaboradas; outra que vive em constante estado de alerta, sustentando no corpo as marcas de uma vigilância permanente.

Em sua obra *Tornar-se negro*, Neusa Santos Souza (1990) afirma que o racismo não apenas fere a identidade de pessoas negras, mas também limita suas possibilidades de experimentar o prazer e a liberdade do próprio corpo. Essa reflexão nos leva a considerar que as experiências emocionais não podem ser compreendidas apenas como fenômenos individuais, desvinculados das estruturas sociais nas quais se constituem.

Na ACP, Rogers enfatiza a importância de centrar a escuta nos sentimentos, mais do que nos fatos (Rogers; Kinget, 1977). Embora essa valorização da experiência subjetiva represente uma importante contribuição para a psicoterapia, alguns autores argumentam que ela pode obscurecer as condições sociais que moldam aquilo que é possível sentir ou expressar. Chantler (2005), por exemplo, sugere que a abordagem tende a tratar as emoções como fenômenos privados, ignorando sua dimensão socialmente construída.

As emoções são também atravessadas por relações de poder. Como discute DiAngelo (2018), diferentes grupos sociais possuem níveis distintos de legitimidade para expressar determinados sentimentos. Mulheres brancas, por exemplo, podem expressar sofrimento com relativa liberdade em contextos de conflito racial, enquanto mulheres negras frequentemente têm suas emoções interpretadas por meio de estereótipos. Entre eles, destaca-se o da “mulher negra raivosa”, figura que

historicamente tem sido utilizada para deslegitimar suas denúncias e desumanizar suas experiências — processo analisado por Davis (2016).

Essa regulação social da expressão emocional modula não apenas a forma como sentimentos são vividos, mas também como são escutados. Na clínica psicológica, ignorar essas dinâmicas pode gerar silenciamentos sutis, produzidos pelas desigualdades de poder presentes também na relação terapêutica.

Essa questão torna-se particularmente relevante quando consideramos a formulação clássica de Rogers sobre as condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica. Em seu texto de 1957, o autor afirma que, se determinadas condições forem estabelecidas — contato psicológico, incongruência do cliente e presença, no terapeuta, de congruência, consideração positiva incondicional e compreensão empática —, a mudança construtiva da personalidade ocorrerá (Rogers, 1994).

Contudo, diversos autores têm questionado se tais condições podem ser efetivamente alcançadas sem consideração das diferenças culturais e sociais presentes na relação terapêutica (Chantler, 2004; Kim, 2018; Gomes, 2019; Mier; Witty, 2004). Se a psicoterapeuta não reconhece os significados relacionados a raça, gênero e classe presentes nas narrativas das clientes, suas atitudes facilitadoras podem ser experimentadas de forma limitada ou distorcida.

Kim (2018) argumenta que, quando terapeutas se apoiam exclusivamente na ideia de uma tendência universal à atualização, sem desenvolver consciência cultural, podem experimentar bloqueios em sua empatia. Gomes (2019) acrescenta que o sofrimento relacionado ao racismo muitas vezes não encontra palavras em uma sociedade que historicamente silenciou esse tema — o que torna ainda mais desafiadora sua escuta por profissionais que não se familiarizaram com essas experiências.

Nesse contexto, a interseccionalidade oferece um horizonte importante para a prática clínica centrada na pessoa. Ao reconhecer que cada indivíduo ocupa múltiplas posições sociais simultaneamente, esse olhar permite sustentar o paradoxo entre singularidade e pertencimento social. Conceição e Dolores são, ao mesmo tempo, únicas em suas histórias e atravessadas por estruturas que moldam suas possibilidades de existência.

A interseccionalidade não invalida o conceito de tendência atualizante, tampouco sugere que mulheres negras possuam uma tendência “mais fraca” ou “mais forte” para o crescimento — ideia que poderia facilmente resvalar em estereótipos como o da mulher negra “forte” ou “guerreira”. O que ela propõe é um deslocamento: do indivíduo abstrato para a pessoa concreta, situada em relações sociais que delimitam o que é possível sentir, ser e tornar-se.

Ao situarmos Conceição e Dolores em suas existências concretas, podemos compreender a tendência atualizante como um movimento que se expressa em condições historicamente situadas. São histórias singulares atravessadas por uma força de expansão das potencialidades humanas, mas também por lutas constantes contra estruturas que restringem essas possibilidades. Nesse sentido, o olhar interseccional amplia a escuta clínica centrada na pessoa, permitindo acolher a vida em sua inteireza — com suas dores, resistências e reinvenções.

Cumpre ressaltar, todavia, que a operacionalização da interseccionalidade na prática clínica da ACP impõe desafios complexos e não deve ser encarada como uma panaceia ou solução

definitiva para os marcadores sociais. Longe de ser uma ferramenta de categorização rígida, incluir a interseccionalidade na prática clínica exige do psicoterapeuta um estado de constante vigilância epistêmica para não converter marcadores estruturais em novos rótulos diagnósticos que engessem a experiência fluida do cliente. O desafio reside em integrar esses determinantes sem perder de vista o foco na singularidade experiencial de cada pessoa, reconhecendo os limites inerentes ao próprio enquadre psicoterápico diante de opressões que são, fundamentalmente, de ordem estrutural e macroeconômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de Dolores e Conceição nos lembram que o contínuo processo de tornar-se quem se é não começa e termina no indivíduo — ele se expande para além do tempo e do espaço, entrelaçando-se às condições históricas e sociais que moldam as possibilidades de existência. Como afirma Neusa Santos Souza, saber-se negra é viver a experiência de ter sido violentada em sua identidade, mas também comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. Tornar-se quem se é, sendo uma mulher negra, envolve, portanto, um movimento que atravessa as condições de raça, gênero e classe que estruturam a sociedade, exigindo formas de resistência, elaboração e reinvenção de si.

Nesse contexto, a escuta clínica centrada na pessoa é convocada a sustentar os paradoxos inerentes à vida em sociedade. A despolitização do atendimento psicológico — frequentemente amparada em uma suposta neutralidade — pode produzir silenciamentos que contribuem para a manutenção de desigualdades estruturais, entre elas o racismo. As narrativas aqui apresentadas sugerem que reconhecer tais atravessamentos não enfraquece os fundamentos da Abordagem Centrada na Pessoa; ao contrário, amplia suas possibilidades éticas e clínicas.

Deslocar-se, nesse sentido, diz de um reposicionamento ético-político. Atualizar a ACP a partir de uma perspectiva interseccional pode constituir um caminho fecundo para aprofundar sua vocação humanista, aproximando ainda mais quem oferece e quem procura ajuda sem que essa aproximação dependa do apagamento das diferenças. Para isso, torna-se incontornável que quem escuta volte também o olhar para si — reconhecendo sua cultura, sua identidade e sua posição nas estruturas sociais, bem como os possíveis limitações empáticas que delas podem decorrer.

Este artigo apresenta dois retratos de experiência como contribuição inicial a um debate que ainda precisa se ampliar no campo da psicologia clínica brasileira. Suas limitações — entre elas o pequeno número de experiências narradas e o caráter exploratório da análise — indicam a necessidade de investigações mais sistemáticas que articulem Abordagem Centrada na Pessoa, interseccionalidade e clínica antirracista no contexto brasileiro. Esperamos que este trabalho possa funcionar como um convite para que outras experiências, reflexões e pesquisas se somem a esse movimento de atualização crítica da abordagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BEZERRA, Edson do Nascimento. Racializando a facilitação em abordagem centrada na pessoa. In: OLIVEIRA, Fabio A. G.; INSFRAN, Fernanda (org.)**. Aprendendo a transgredir: diálogos a partir de bell hooks e Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Ape'Ku Editora, 2022. p. 249-266.

CARNEIRO, Virginia Teles. Experiências na formação de psicoterapeutas antirracistas. **Diaphora**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 32-38, jul./dez. 2021.

CARNEIRO, Virginia Teles; MACÊDO, Aluska Gomes de. Vivências com relação à raça e ao racismo entre psicoterapeutas da abordagem centrada na pessoa. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v. 8, n. 1, p. 245-273, 2025.

CHANTLER, Khatidja. Double-Edged Sword: Power and person-centred counselling. In: MOODLEY, Roy; LAGO, Colin; TALAHITE, Anissa (Eds.). **Carl Rogers Counsels a Black Client: race and culture in person-centered counselling**. Ross-on-Wye: PCCS Books, 2004. p. 116-129.

CHANTLER, Khatidja. From disconnection to connection: 'Race', gender and the politics of therapy. **British Journal of Guidance & Counselling**, v. 33, n. 2, p. 239-256, 2005.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 018/2002. Brasília: CFP, 2002.

COSTA FILHO, L. P. Racismo e abordagem centrada na pessoa. In: PINTO, M. A. S. (org.). **Abordagem Centrada na Pessoa e algumas de suas possibilidades: Volume III**. São Paulo: All Print Editora/ EncontroACP, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In: WARE, Vron (org.).

Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GOMES, Isadora Dias. Reflexão sobre os limites e possibilidades de empatia na escuta de mulheres negras. In: TASSINARI, Mauricio; DURANGE, Wiliam (orgs.). **Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana.** Curitiba: CRV, 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória. In: BERNARDINO-COSTA, João; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HENRY, Suzy; CHARURA, Divine; LAGO, Colin. Diversity, intersectionality and person-centred psychology: radical foundations, contemporary perspectives and cultural change. In: DI MALTA, Gina; COOPER, Mick; O'HARA, Maureen; GOLOB, Yana; STEPHEN, Susan (ed.). The Handbook of Person-Centered Psychotherapy and Counselling. 3. ed. London: Bloomsbury, 2024. cap. 10. p. 138-156.
HILL-HAIN, Alicia; ROGERS, Carl. A dialogue with Carl Rogers. **The Journal for Specialists in Group Work**, v. 13, n. 2, 1988.

KIM, Jookyoung. Consideration of the applicability of person-centered therapy to culturally varying clients. **Person-Centered & Experiential Psychotherapies**, v. 17, n. 3, 2018.

LUNA, Vitória da Silva. Do eu real e ideal ao eu forjado: o racismo e os desafios da construção identitária. **Revista Ciência & Saúde**, v. 14, n. 1, 2026. Edição especial.

MIER, Sharon; WITTY, Marge. Considerations of race and culture in the practice of non-directive client-centered therapy. In: MOODLEY, Roy; LAGO, Colin; TALAHITE, Anissa (eds.). **Carl Rogers counsels a black client**. PCCS Books, 2004.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. In: BORSANI, Maria Eugenia; QUINTERO, Pablo (orgs.). **Los desafios decoloniales de nuestros días**. Neuquén: EDUCO, 2014.

MOODLEY, Roy; LAGO, Colin; TALAHITE, Anissa (eds.). **Carl Rogers counsels a black client**. Ross-on-Wye: PCCS Books, 2004.

MOREIRA, Virgínia. **De Carl Rogers a Merleau-Ponty: a pessoa mundana em psicoterapia.** São Paulo: Annablume, 2007.

NUNES, Adelina Malvina Barbosa. **A branquitude e o ensino superior: reflexos e desafios na docência**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Ouro Preto, 2020.

QUINN, Adam. A Person-Centered Approach to Multicultural Counseling Competence. **Journal of Humanistic Psychology**, 2012.

ROGERS, Carl. **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1983.

ROGERS, Carl. As condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica da personalidade. In: WOOD, John et al. (orgs.). **Abordagem centrada na pessoa.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994.

ROGERS, Carl. **Sobre o poder pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROGERS, Carl; KINGET, Marian. **Psicoterapia e relações humanas**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

ROGERS, Carl; SANFORD, Ruth. Reflections on our South African experience. **Counseling and Values**, v. 32, 1987.

SACCO, Airi M.; COUTO, Maria Clara P. P.; KOLLER, Sílvia H. Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, 2014.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SUE, Derald Wing; SUE, David. **Counseling the culturally different.** New York: Wiley, 1990.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se tornaram negras. **Psicologia: Ciência e Profissão,** v. 39, 2019.